

# JUVENTUDES RURAIS: O QUE DIZ A LITERATURA E ALGUMAS QUESTÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISAS E DE POLÍTICAS

Ariane Favareto<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0001-7080-0415>

Mireya Valencia Perafán<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-0236-9154>

Arlson Favareto<sup>3</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-1825-7165>

## RESUMO

As transformações pelas quais passou o mundo rural nas últimas décadas incidiram de maneira decisiva sobre a juventude. Este artigo tem por objetivo analisar como a literatura das ciências sociais tem interpretado essa situação e, a partir disso, identificar um conjunto de temas e questões postos ao debate público e à pesquisa científica. O ponto de partida é a classificação das principais abordagens sobre o tema, passando pelas políticas públicas implementadas no Brasil nos anos 2000-2010 para, enfim, esboçar o rol de questões relevantes para uma agenda. Um argumento importante é a constatação de que esse grupo social se encontra diante dos desafios de uma dupla transição. Uma primeira, comum a diferentes segmentos de jovens: a passagem da infância e adolescência para um momento de busca de autonomia familiar e a tensão entre a necessidade de apoiar-se em um legado trazido das gerações anteriores e, ao mesmo tempo, superá-las para reposicionarem-se em um contexto que é significativamente distinto do passado. A segunda transição é aquela específica ao mundo rural, marcada pela mudança nos processos constitutivos da condição rural como campo de possibilidades de realização desse futuro. Nesse contexto, revela-se uma situação paradoxal: a necessidade de (re)valorizar os elementos distintivos da ruralidade como constitutivo de sua identidade e coesão social; mas, ao mesmo tempo, deixar para trás a reprodução de certas práticas e tradições que, embora associadas à ideia de ruralidade, não se aplicam mais a um mundo significativamente distinto.

Palavras-chave: Juventudes Rurais. Transformações Rurais. Políticas Públicas para Juventude.

## RURAL YOUTH: WHAT THE LITERATURE SAYS AND SOME QUESTIONS FOR A RESEARCH AND POLICY AGENDA

## ABSTRACT

The transformations that the rural world has undergone in recent decades have decisively impacted youth. This article aims to analyze how social science literature has interpreted this situation and, based on that, to identify a set of themes and issues brought to public debate and scientific research. The starting point is the classification of the main approaches to the topic, moving through the public policies implemented in Brazil in the 2000s and 2010s to, finally, outline the set of relevant issues for an agenda. An important argument is the recognition that this social group faces the challenges of a dual transition. The first is common to different segments of young people: the passage from childhood and adolescence to a moment of seeking family autonomy and the tension between the

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/CPDA). Pesquisadora colaboradora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Núcleo de Pesquisa e Análises sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade (CEBRAP/Sustentabilidade). E-mail: [a.favareto@uol.com.br](mailto:a.favareto@uol.com.br).

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Associada da Universidade de Brasília. E-mail: [mireya@unb.br](mailto:mireya@unb.br).

<sup>3</sup> Sociólogo. Professor Titular da Cátedra Josué de Castro da Universidade de São Paulo e na Universidade Federal do ABC. Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e do CNPQ. Email: [arilson.favareto@ufabc.edu.br](mailto:arilson.favareto@ufabc.edu.br).

need to rely on a legacy from previous generations while simultaneously overcoming them to reposition themselves in a context significantly different from the past. The second transition is specific to the rural world, marked by changes in the constitutive processes of rural conditions as a field of possibilities for realizing this future. In this context, a paradoxical situation emerges: the need to (re)value the distinctive elements of rurality as constitutive of its identity and social cohesion while, at the same time, leaving behind the reproduction of some practices and traditions that, although associated with the idea of rurality, no longer apply to a world that is significantly different.

Keywords: rural youth; rural transformations; public policies for youth.

## JUVENTUD RURAL: LO QUE DICE LA LITERATURA Y ALGUNAS PREGUNTAS PARA UNA AGENDA DE INVESTIGACIÓN Y POLÍTICAS

### RESUMEN

Las transformaciones del mundo rural en las últimas décadas han impactado decisivamente a la juventud. Este artículo analiza cómo la literatura de las ciencias sociales ha interpretado esta situación y, a partir de ello, identifica un conjunto de temas y cuestiones para el debate público y la investigación científica. Se parte de la clasificación de los principales enfoques sobre el tema, pasando por las políticas públicas implementadas en Brasil en 2000-2010, para finalmente esbozar cuestiones relevantes para una agenda. Un argumento clave es que este grupo social enfrenta una doble transición. La primera, común a distintos jóvenes: el paso de la infancia y adolescencia a la búsqueda de autonomía familiar y la tensión entre apoyarse en el legado de generaciones anteriores y, a la vez, superarlas para repositionarse en un contexto distinto al pasado. La segunda transición es propia del mundo rural, marcada por el cambio en los procesos que constituyen la condición rural como campo de posibilidades de futuro. En este contexto, surge una paradoja: la necesidad de (re)valorizar los elementos distintivos de la ruralidad como base de su identidad y cohesión social, pero también dejar atrás prácticas y tradiciones que, aunque asociadas a la ruralidad, ya no se aplican a un mundo significativamente distinto.

Palabras clave: juventud rural; transformaciones rurales; políticas públicas para juventudes.

### INTRODUÇÃO<sup>4</sup>

Um traço fundamental dos estudos sobre a juventude (Mauger, 2013) é a busca por emoldurar as opções deste grupo social nas dinâmicas que afetam suas escolhas. Igualmente importante, embora menos frequentes em análises contemporâneas, é a tentativa de elucidar o entrelaçamento entre diferentes formas de infância e aqueles aspectos contextuais, que moldam diferentes identidades juvenis (Mauss, 2010) e, portanto, forjando diferentes lógicas sobre como responder aos desafios que daí derivam (Bourdieu, 2009). As transformações pelas quais o mundo rural passou nas últimas décadas (Trivelli; Berdegué, 2019) repositionam a condição juvenil e diversificam o leque de alternativas postas. Um maior nível de escolaridade, a intensificação das interdependências entre o

---

<sup>4</sup> Este artigo deriva de estudo realizado no âmbito da Cátedra Itinerante sobre Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano, iniciativa do Cebrap Sustentabilidade – Núcleo de Pesquisas e Análises sobre Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade – em parceria com a Fundação Arymax, Instituto Itaúsa e a Fundação Porticus, a quem fica registrado o agradecimento. As ideias aqui expressas e eventuais falhas e omissões são, contudo, de responsabilidade exclusiva dos autores.

rural e o urbano, novas oportunidades de trabalho e de mobilidade surgidas num contexto de valorização do rural, sobretudo no que se refere às questões ambientais, a progressiva atenção dada às relações de gênero e a existência de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar nos anos 2000 são exemplos de alterações que vêm incidindo sobre as famílias e seus jovens, denotando novas possibilidades e escolhas que complexificam a velha dicotomia posta entre o ficar e o partir que marcou as análises realizadas entre os anos 1990 e 2010 nos estudos sobre juventude rural no Brasil.

Dados dos Censos Agropecuários, realizados em 2006 e 2016 (com resultados divulgados em 2017), revelam algumas dessas transformações no que se refere à juventude rural. Apesar da impossibilidade de comparação entre os dois levantamentos, por conta de alterações metodológicas, é possível observar uma tendência de mudança que coloca em relevo a importância de se conhecer melhor como pensam e o que querem os jovens rurais no mundo contemporâneo. Em 2006, os jovens com menos de 25 anos eram responsáveis por dirigir 170.583 estabelecimentos agropecuários (3,30% do total). Os maiores percentuais foram observados nas regiões Norte (4,84%) e Nordeste (4,18%). Já em 2017, último censo disponível até aqui, o número total de estabelecimentos dirigidos por pessoas menores de 25 anos era de 100.357 (1,98% do total). Quanto à educação, houve uma melhoria substantiva no nível de escolaridade dos jovens dirigentes de estabelecimentos rurais. Se em 2006, o percentual de jovens que não sabiam ler nem escrever era 9,87%, em 2017 esse número cai para 4,2%. Também houve melhoria dos níveis de instrução em outras faixas, incluindo o ensino superior. Outro dado interessante do Censo Agropecuário diz respeito às relações de gênero. Em 2006, os jovens homens dirigiam 87,18% dos estabelecimentos agropecuários, caindo para 70,2% em 2017. Ou seja, mais jovens mulheres estão assumindo a direção das propriedades, especialmente na região Nordeste, onde são observados os maiores percentuais. Quais são os processos sociais subjacentes a essas transformações e quais seus significados?

Este artigo tem por objetivo analisar como a literatura das ciências sociais tem interpretado essa situação e, a partir disso, identificar um pequeno conjunto de temas e questões postos ao debate público e à pesquisa científica. O ponto de partida é a classificação das principais abordagens sobre o tema e como elas explicam as transformações na condição juvenil em áreas rurais. Em seguida, há um olhar para as políticas públicas implementadas no Brasil na primeira década e meia deste século, e como elas incidem na moldagem dessa nova posição da juventude rural. Por fim, é apresentado um rol de questões relevantes para uma agenda. A cada um desses movimentos corresponde uma das seções do artigo. O material utilizado envolveu uma ampla revisão bibliográfica, utilizando ferramentas de coletas de artigos, livros, teses e dissertações publicadas, principalmente, nos últimos vinte anos, e a análise de documentos institucionais (*gray literature*) relevantes sobre o tema.

A juventude é comumente associada a um período de transição entre a infância e a vida adulta. Representa um momento do ciclo da vida e a ela estão associadas diversas transformações, incluindo o processo de formação de identidades específicas. Uma primeira classificação da juventude está relacionada à faixa etária, geralmente posta entre os 15 e 29 anos de idade<sup>5</sup>. Essa definição carrega certa arbitrariedade, pois não considera as diferenças entre idade biológica e social (Troian; Breitenbach, 2018), mas é largamente utilizada em estatísticas e subsidiam estudos e políticas públicas.

Num esforço em sintetizar as principais abordagens sobre juventude, Kummer (2019) caracteriza três delas. A geracional designa a juventude como uma fase da vida que possui um conjunto comportamental relativamente coeso diante da vivência dessa idade, expresso em questões produtivas, gostos, ideias e imaginário. A abordagem classista, por sua vez, traz uma perspectiva de juventude que associa a posição deste grupo social ao sistema produtivo e ao processo de reprodução das classes sociais. A terceira abordagem se ancora na dimensão cultural e implica a análise dos processos de dominação que derivam tanto da visão classista, em que há o domínio de classe, quanto da geracional, em que a relação de poder se estabelece entre os mais novos e os mais velhos. Troian e Breitenbach (2018) acrescentam à abordagem cultural um outro aspecto, o modo de vida dessas populações e suas repercussões para a construção das identidades dos jovens.

Os estudos sobre juventude costumam combinar duas ou mais dessas abordagens em suas análises na busca por compreender uma dupla articulação da condição social da juventude: aquela relativa à própria experiência juvenil, e outra que combina essa dimensão ao entendimento de suas interdependências com transformações mais amplas ocorridas na sociedade e que afetam a vida dos jovens (Mauger, 2013). Dito de outra forma, juventude é uma categoria que expressa identidades sociais, mas também uma forma de classificação marcada por relações de hierarquia e pertencimento social (Castro, 2009). Sua análise, portanto, obriga a considerar os processos de autorrepresentação, mas também as formas de interação social e as configurações sociais nas quais está imersa.

Esse quadro tende a se tornar ainda mais complexo quando as análises recaem sobre um segmento específico da juventude – a juventude rural. Há especificidades entre as formas de ser e de se autorrepresentar nesse grupo, e há intensas transformações recentes pelas quais o mundo rural vem passando. Todo esse cenário de mudanças indica que devem estar ocorrendo alterações, também, na maneira como os jovens se veem e em como enxergam o mundo rural, influenciando seus projetos de

---

<sup>5</sup> A definição da faixa etária da juventude não é consenso. A Unesco e outras agências relacionadas à ONU definem a juventude como o período compreendido entre os 15 e 24 anos, com uma diferenciação de adolescência entre 10 e 19 anos. Já o Estatuto da Juventude, promulgado em 2013 no Brasil, determina a juventude entre os 15 e 29 anos.

vida e suas identidades. Isso desafia os quadros estabelecidos para interpretar a condição juvenil nas áreas rurais, seja pelo mundo científico ou pelos gestores públicos que formulam políticas para esse grupo. Em uma pergunta: o que significa ser jovem rural na atualidade no Brasil?

Wanderley (2007) afirmou que a crise social vivenciada por jovens rurais apresenta contornos específicos, dado seu pertencimento a um ambiente social que também possui especificidades. Os jovens rurais carregariam o passado das tradições familiares, o presente da vida cotidiana – expresso nos estudos, trabalho e sociabilidade local – e o futuro – que se projeta nas escolhas profissionais, nas estratégias matrimoniais e de constituição patrimonial. Todas essas dinâmicas se interligam e dão origem a um ator social multifacetado e que pode ser portador, ao mesmo tempo, de um ideal de ruptura, e outro de continuidade do mundo rural. O desafio posto aos jovens rurais residiria em, paradoxalmente, carregar a tradição e em serem chamados a inovar (Stropasolas, 2007). É nesse sentido que Carneiro (1998) situa a construção da identidade juvenil entre um projeto de vida individualizado e o compromisso com a família e a tradição.

Como parte dessas tradições, a regra sempre foi a concentração da posse e da gestão das unidades de produção agropecuária sob a direção do pai. No universo dos pequenos estabelecimentos, isso resulta na chamada questão sucessória. Diante da impossibilidade de dividir a propriedade em inúmeras parcelas, transmitindo o patrimônio familiar para todos os filhos e filhas – o que comprometeria a viabilidade dessas unidades de produção, pelo seu tamanho diminuto –, estabeleceu-se em muitas áreas uma regra informal, conhecida como *minorato*. Segundo essa regra, a propriedade familiar seria transmitida preferencialmente para o filho mais jovem, a quem caberia, como contrapartida, a atribuição de cuidar dos pais na velhice, assumindo progressivamente a direção da unidade produtiva.

O clássico estudo de Pierre Bourdieu – *O baile dos celibatários* –, realizado junto aos camponeses do Béarn, na França, demonstra como as vantagens dessa forma de transmissão da propriedade da terra se esboroa frente às mudanças decorrentes de uma maior valorização da cidade em relação ao campo, incidindo sobre as estratégias matrimoniais e deixando as áreas rurais repletas de homens solteiros e, portanto, sem filhos a quem transmitir o patrimônio, que muitas vezes acabava sendo arrebatado por outros grupos sociais, como profissionais liberais e uma classe média agora interessada em adquirir propriedades rurais, como segundas residências ou para exploração de novas atividades econômicas associadas à conservação da natureza ou ao aproveitamento de atributos locais dessas áreas. A consequência última nesses locais era uma completa mudança no perfil demográfico e nas formas de interação social, ensejando o que décadas mais tarde seria chamado de um renascimento rural (Kayser, 1991) ou de uma nova ruralidade (Wanderley, 2000). No caso brasileiro, de maneira similar à literatura francófona, Ana Amélia Camarano e Ricardo Abramovay analisaram, em fins dos anos 1990, dados sobre migração rural-urbana por sexo e faixa etária, cujos resultados

apontam para uma maior migração de mulheres entre os anos 1950 e 1990, provocando o envelhecimento e masculinização no campo, ameaçando o desenvolvimento rural.

Na esteira dessas análises, as pesquisas sobre juventude rural no Brasil, até os anos 2000, recaem sobre as tendências demográficas e a transferência dos estabelecimentos familiares, recuperando a crise da reprodução que representa, também, uma crise de identidade, dada a visão negativa das atividades desempenhadas no rural, frente ao mundo citadino (Brumer, 2007). As análises focavam a saída do jovem das áreas rurais e a questão da sucessão rural. Carneiro (1998), Camarano e Abramovay (1998) e Stropasolas (2002) delimitam a categoria juventude rural, situando-a em um contexto de crise da agricultura familiar nesse período. Não por acaso, os estudos sobre o mundo rural, realizados até os anos 1990, estavam fortemente marcados pelo debate sobre o alegado ou esperado (mas nunca concretizado) fim do rural<sup>6</sup>.

A partir dessa década, emergem novas pesquisas que se dedicam às análises das transformações ocorridas no rural com o desenvolvimento de novas atividades econômicas, entrada de novos atores e uma crescente valorização da natureza, indicando uma tendência de ressignificação material e simbólica das áreas rurais, marcadas por elementos cada vez mais complexos e diversificados. Se antes a definição de rural poderia ser reduzida à atividade agrícola e às íntimas relações de sociabilidade, outras possibilidades de leitura emergem, indicando o renascimento da ruralidade com novos sentidos e atributos (Favareto, 2019). Com efeito, Brumer (2007) alerta que aquela forma de transmissão do patrimônio, o *minorato*, foi predominante no Brasil até a década de 1990, momento em que outras estratégias passam a ser utilizadas.

Tais transformações também se refletem nos estudos voltados à juventude rural, cujas análises recaem, já nos anos 2000, sobre a definição entre ficar e partir, problemática inaugurada por Castro (2005) e os possíveis condicionantes dessa decisão, Brumer (2007) lembra que a decisão entre ficar e sair é tomada por indivíduos a partir das representações constituídas sobre esses dois mundos nos processos de socialização. Seria importante, portanto, compreender os motivos que levam o jovem a ficar no campo e os fatores que exercem influência na atração de pessoas para as áreas rurais. Novamente, o tema da sucessão aparece em seu estudo, mas como forma de permanência que privilegia um dos filhos. Porém, a sucessão só é completa no caso da morte do pai, ou seja, até que isso ocorra, o herdeiro exerce suas atividades sob orientação paterna, o que pode gerar interesses e projetos antagônicos postos na tensão entre o velho e o novo nas formas de gestão do empreendimento familiar.

---

<sup>6</sup> Um bom apanhado das principais correntes teóricas que sustentam esse debate pode ser encontrado em diversos estudos levados a cabo no Brasil, no início do presente século. Destacam-se aqui os que foram elaborados por Veiga et al. (2001), Abramovay (2003), Wanderley (2000) e Carneiro (2008). Todos se dedicam às explicitações recorrentes da pertinência do rural enquanto uma categoria que dê suporte às análises científicas num universo empírico em constante mutação.

Para Carneiro (2007), a escolha entre ficar e partir pode não ser definitiva, mas expressa numa mobilidade que garante a execução de projetos de vida. A volta ou a permanência não significariam derrota ou fracasso, mas uma escolha que pode ser baseada no desejo da manutenção de um padrão de vida proporcionado pela rede familiar e de amigos em que há compartilhamento de códigos e valores, mas também pelo acesso a determinados bens materiais e simbólicos que, em algumas localidades, só estariam disponíveis nas cidades. Essa combinação do “melhor dos dois mundos”, como denomina a autora, depende das condições materiais do lugar em que se mora, expressas no acesso a bens e serviços, mas também na possibilidade de ter uma renda própria na medida em que há a realização de um projeto profissional. Quando essa possibilidade não está presente no local de origem dos jovens, a opção pelo urbano poderia prevalecer, porém não significa uma sobreposição de valores, mas a elaboração de uma nova mentalidade que aproxima os valores rurais e urbanos, numa releitura em que novas identidades, papéis e projetos são forjados. Compreender essa síntese, considerando a heterogeneidade desses valores seria fundamental para alcançar o que mobiliza a juventude rural.

Castro (2005) descreve o peso da autoridade paterna na decisão posta na dicotomia, ficar ou partir, para os jovens rurais. Essa autoridade, produzida no ambiente doméstico e incidente mais pesadamente sobre as mulheres, transborda o espaço privado e se estende aos locais públicos, refletindo na desqualificação das intervenções dos jovens em reuniões, ou mesmo na não ocupação de cargos de relevância em associações comunitárias. Esse controle exercido sobre os jovens influencia na decisão de partir como forma de ruptura, com a dependência econômica e submissão à família; ou seja, sair representa uma maneira de se obter autonomia. Outro motivo apontado pela autora se coaduna com as pesquisas anteriores sobre o tema e trata da impossibilidade em herdar a posse e gestão da propriedade familiar. Ainda no resgate das antigas problemáticas, a representação do rural como atrasado relativamente ao urbano, e onde se desenvolvem atividades penosas também têm peso na decisão, especialmente quando essa visão é compartilhada pelos pais dos jovens que acabam por desejar uma vida diferente da que experienciaram aos seus filhos e filhas.

Dentre as motivações para ficar, está o estabelecimento de redes e fortes laços com a terra e com a comunidade, e a possibilidade de obter renda a partir das atividades desenvolvidas dentro dos estabelecimentos, conjugada com atividades externas, denotando o peso das atividades não-agrícolas (Graziano da Silva, 1999) nas estratégias dos jovens. Coquard (2019), analisando situações de jovens que decidem permanecer no rural, destaca aspectos relevantes para essa decisão, como a boa reputação (ser conhecido e reconhecido entre seus pares) enquanto fator de distinção e sentido de identidade e pertencimento. O mesmo autor faz alusão à reconfiguração dos espaços de sociabilidade como outro fator relevante, mencionando a adaptação que jovens fazem de seus espaços de convivência para manter suas interações sociais.

No que concerne à questão de gênero, desde os anos 1980 no Brasil, os estudos sobre o mundo rural enfatizavam as especificidades de ser mulher entre os jovens rurais<sup>7</sup>. A já citada pesquisa de Camarano e Abramovay (1998) identificava um maior movimento migratório entre as jovens, tendo por principais hipóteses: a ampliação do setor de serviços nas áreas urbanas nesse período, que emprega mais mulheres do que homens; a carga pesada de trabalho no rural para elas, sem contrapartida de permanência no campo, já que as chances de elas se tornarem agricultoras, seja pela partilha da herança ou via matrimônio, eram escassas; e uma ligação entre a migração e a formação educacional, com tendência de ficarem no campo os que menos estudavam.

Como lembra Brumer (2007), essa questão não é nova entre os estudos rurais e deriva de um processo de socialização e de oportunidades que se mostram de diferentes formas para moças e rapazes, refletindo numa maneira mais ou menos negativa de representação do mundo rural. A invisibilidade do trabalho doméstico e o caráter auxiliar nas atividades agrícolas no interior dos estabelecimentos leva as jovens a procurarem alternativas, em geral, fora das propriedades. A autora reafirma as análises de Castro (2005) que iluminam a divisão sexual do trabalho e a forte autoridade paterna sobre as moças como aspectos fundamentais que influenciam nas estratégias das jovens mulheres das áreas rurais.

De certa maneira, a literatura apresentada até aqui expressa um deslocamento de problemática: dos problemas sucessórios, como determinantes rígidos, à emergência de um padrão mais multifacetado de condicionantes a influenciar as decisões de futuro dos jovens rurais. E nessa heterogeneização de comportamentos, novos temas como o acesso a condições de vida mais próximas àquelas experimentadas no mundo urbano passam a ganhar importância. No caso francês, na segunda metade do século XX, a busca pela “paridade social” entre o mundo rural e o mundo urbano foi parte da agenda política da juventude na busca por diminuir essas assimetrias. Isso levou a uma série de investimentos que ampliaram o acesso a direitos e a infraestruturas, com efeitos mais ambíguos do que o inicialmente imaginado para o futuro das áreas rurais. No Brasil, a partir de meados dos anos 2000, diversas políticas públicas foram direcionadas para o mundo rural no Brasil. Simultaneamente, ocorreu uma ascensão da juventude rural enquanto ator político. Inicialmente com a mobilização crescente deste segmento no interior dos movimentos sociais. E, posteriormente, com a criação, em 2005, da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), com o objetivo de coordenar, executar e implementar políticas públicas para esse público.

---

<sup>7</sup> A bibliografia sobre mulheres no mundo rural é extensa e perpassa diferentes abordagens desde a década de 1970. Parte-se de um olhar voltado à extrema subordinação das mulheres, numa apartação entre os espaços público e privado, em que o trabalho desempenhado por elas nas atividades agrícolas é visto como ajuda (Brandão, 1983), passando por uma leitura em que há complementaridade entre os trabalhos desempenhados por homens e mulheres no campo (Fukui, 1975; Woortman, 1992), até as abordagens em que prevalece um protagonismo das mulheres, incluindo os movimentos sociais e sindical (Siliprandi, 2013; Gaspareto; Menezes, 2013; Butto, 2017), e na agroecologia (Favareto, 2022).

A grande maioria das análises sobre esse período pós implementação das políticas públicas para o rural se baseia em estudos de caso que reafirmam a heterogeneidade presente na categoria juventude rural – seja em termos regionais, de gênero ou de identidades –, retomando os dilemas postos para essa categoria ainda no final do século passado. O tema da sucessão é tratado pelo viés do comprometimento socioeconômico de assentamentos, cujo interesse de jovens esbarra na falta de uma renda própria (Costa; Ralish, 2013), mas também pela identificação da continuidade do projeto familiar, com o diferencial de que agora os sucessores apresentam maior idade e escolaridade que a geração anterior (Mendonça *et al.*, 2013). O acesso a bens e serviços continua sendo importante na decisão dos jovens. Educação, cultura, infraestrutura e bens materiais, em conjunto com uma cogestão da propriedade, garantem o processo sucessório (Monteiro; Mujica, 2022). A permanência, outro tema debatido no início do século, é garantida pelo vínculo familiar e por condições viáveis de emprego e renda, embora existam conflitos geracionais que podem desestimular o jovem a assumir as atividades no interior do estabelecimento (Oliveira *et al.*, 2021). O debate sobre os projetos de vida postos entre o individual e o familiar é retomado por Alves e Dayrell (2015) e por Pizzinato *et al.* (2015) que reforçam aspectos importantes para a juventude rural, ancorados na representação social e nos papéis tradicionais.

De modo geral, as análises mais recentes sobre juventude rural retomam questões que já se mostravam relevantes na literatura: a sucessão e os condicionantes postos para a tomada de decisão em assumir as atividades nos estabelecimentos agropecuários. Ganham relevo as condições materiais, mas também são observados os elementos subjetivos que interferem nessa decisão, entre eles, a representação social do rural e as tensões expostas na hierarquia familiar.

Tudo isso permeado pela heterogeneidade regional, de gênero e racial/étnica. Especificamente sob o recorte de gênero, também há uma variedade de estudos de caso, abordando as antigas questões que ancoram as decisões das jovens dentre as oportunidades constituídas para elas, tendo em vista a permanência ou saída do campo. Faria *et al.* (2019), por exemplo, demonstram que as jovens mineiras migram em busca de trabalho e educação e que a inserção laboral se dá em atividades domésticas nas cidades, tendo como consequência a masculinização e o envelhecimento das áreas rurais daquela localidade. Por outro lado, os trabalhos de Schwendler (2020) e Pizzinato *et al.* (2015), realizados no Rio Grande do Sul e no Paraná, respectivamente, demonstram como as mudanças recentes na sociedade, por maior igualdade de gênero, é algo que também reflete nas opções das jovens rurais, que se veem entre a reprodução dos antigos papéis e novas formas de inserção nas atividades desempenhadas nos estabelecimentos familiares.

Em suma, deste panorama das principais abordagens e temas tratados sobre juventude rural, nas últimas décadas, vê-se que as questões fundamentais para essa decisão residem na existência de infraestruturas e serviços no local de origem, interconectada com as estratégias familiares de sucessão

que possam gerar renda e autonomia aos jovens; ou seja, não se trata apenas de uma decisão individual, mas do entrelaçamento entre um cálculo mais ou menos consciente do aproveitamento de oportunidades e a estrutura do campo de possibilidades abertos a esses jovens.

Um fator novo, no caso brasileiro, é que as políticas públicas empreendidas nos anos 2000 promoveram maior reconhecimento e visibilidade para esses jovens. O mesmo período é marcado pela facilitação na mobilidade entre o rural e o urbano, seja por certa diversificação da oferta de emprego, de aumento da escolarização ou de possibilidades de lazer. Essa nova realidade esmaece a rigidez posta na decisão de ficar ou partir que marcava as opções das gerações anteriores. Nesse sentido, como afirma Martins (2021), a decisão de ficar ou sair pode não representar mais uma força antagônica como foi no passado, mas momentos que não são mutuamente excludentes e estão inscritos nas trajetórias individuais de muitos jovens.

Em lugar da rigidez entre ficar ou partir determinada pela impossibilidade de realização de futuro no rural, típica de outrora, as análises mais recentes sobre a juventude rural trazem a heterogeneidade como característica fundamental que deve ser considerada nos estudos sobre essa categoria. São diferentes visões de mundo, advindas de diversas localidades e de trajetórias inseparavelmente individuais e sociais, o que influencia escolhas e estratégias. Weisheimer (2013) esclarece que esse tipo de abordagem rompe com o caráter substancialista da juventude, possibilitando a construção de uma categoria relacional em que tais juventudes contêm toda uma diversidade de tipos sociais. Contudo, lembra Stropasolas (2007), é preciso cuidado para não levar as análises para uma relativização total, o que pode incidir em uma negação da própria categoria. Para evitar essa situação, o autor sugere que se deve focar em categorias unificadoras como a terra, o trabalho e a família que são organizadores de valores, expectativas e representações da vida social no mundo rural. Mas as configurações que envolvem terra, trabalho e família não são também variáveis no tempo e no espaço?

## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O RURAL E PARA A JUVENTUDE RURAL

Esta seção tem por objetivo apresentar de forma sumária as principais políticas públicas direcionadas para a juventude rural. Não se trata, contudo, de promover uma análise da eficácia e eficiência de tais políticas, tampouco de seu alcance para a promoção da melhoria de vida das famílias e a possível influência que exercem sobre os jovens. O intuito é pontuar como a ampliação de oferta de ações para o rural a partir dos anos 2000 parece estar afetando a vida dos jovens rurais, influenciando suas escolhas e as representações sociais de sua condição e de suas possibilidades de inserção no presente e no futuro.

Grisa e Schneider (2014) identificam três gerações de políticas públicas que vinham sendo implementadas desde os anos 1990, visando o fortalecimento da agricultura familiar. Numa primeira geração, as políticas estiveram voltadas para um referencial agrícola e agrário, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A segunda geração de políticas é marcada pelo caráter assistencial e social, incluindo, por exemplo, o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família. Já a terceira geração representa um esforço para a construção de um referencial pautado pela construção de mercados, para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. Entre as políticas com essas características, estão o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), além da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Biodiversidade e a criação de selos de certificação orgânica. Além dessas políticas, o governo disponibilizou, em 2003, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), com o objetivo de fornecer financiamento para que agricultores familiares adquirissem seus imóveis. Em termos de assistência técnica, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) foi criada, também em 2003, para atender à agricultura familiar e às comunidades tradicionais.

No que concerne à educação, uma ampla gama de ações visava corrigir um antigo problema da população rural: os baixos índices de escolaridade. Os programas disponibilizados buscavam atuar em diferentes níveis, a exemplo do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (Pronea), por meio de cursos de educação para jovens e adultos, populações tradicionais, professores e pessoas atendidas pelo PNCF. Ainda relacionado à formação, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Campo – ou Pronacampo – buscou a inclusão social de jovens e trabalhadores por meio de cursos direcionados aos arranjos produtivos regionais. A expansão dos Institutos Federais (IFs), iniciada em 2003, levou para os interiores do país cursos de nível médio, técnico e superior, favorecendo também as populações rurais que, antes da implementação destes equipamentos, tinha que se deslocar para grandes centros urbanos, a fim de alcançar níveis superiores de educação.

De modo a fornecer melhor infraestrutura e serviços para as regiões interioranas, foi criado, em 2003, o Programa Nacional de Territórios Rurais (Pronat), cuja gestão era realizada de forma descentralizada por Colegiados Territoriais, formados por representantes de instituições, organizações da sociedade civil e do poder público. Era também um objetivo desse programa articular todas as políticas disponibilizadas para o rural, de modo a amplificar sua aderência aos territórios, promovendo uma maior dinamização econômica.

Tão ou mais importante do que esse conjunto de políticas é o gradual processo de implementação da garantia dos direitos sociais consagrados na Constituição de 1988. Foi isso o que permitiu a extensão dos direitos previdenciários à população rural, ou o reconhecimento do direito à

educação e à saúde, que levou à expansão das redes públicas de educação e saúde para as áreas interioranas do Brasil, diminuindo as assimetrias entre o Brasil urbano e rural.

Todas aquelas políticas e espaços de discussão e participação social criados durante o período dos governos progressistas da primeira década e meia deste século sofreram, a partir de 2015, um processo de dismantelamento, caracterizado por Sabourin *et al.* (2020) como um procedimento que consistiu em torná-las impraticáveis, seja pela diminuição de recursos, da capacidade estatal direcionada ao seu funcionamento, ou, ainda, da disseminação de narrativas que desacreditam a pertinência das políticas. Dessa forma, as políticas não deixaram de existir formalmente, mas perderam eficácia e até mesmo o sentido de sua existência.

Várias dessas políticas estão sendo retomadas na atualidade. Contudo, é preciso observar que se trata de um outro contexto, com agravantes dados pela pandemia de Covid-19 e pelas mudanças climáticas. A simples replicação das políticas no formato como foram implementadas no passado tende a repetir os mesmos problemas. Como afirmam Favareto *et al.* (2023), as gerações anteriores das políticas públicas para o rural conseguiram diminuir a pobreza, mas não alcançaram a inclusão produtiva pela via do trabalho, já que mais de um milhão de postos de trabalho deixaram de existir no rural. Além disso, o caráter de complementaridade entre as políticas não alcançou os mesmos beneficiários, havendo necessidade de revisão dos instrumentos para atingir objetivos relacionados à inovação e inclusão produtiva dos mais pobres. E a agenda ambiental está transformando as condições de produção de maneira intensa, exigindo atualizações nas formas de atuação do Estado, cujos contornos ainda estão sendo definidos.

Em suma, os anos 2000 foram um período privilegiado de políticas e ações direcionadas ao mundo rural e aos agricultores familiares. E a década em curso traz uma situação relativamente nova, com outros desafios para as políticas públicas. O que dizer sobre a juventude rural?

Os primeiros projetos direcionados para juventude rural constituíram uma linha específica dentro do Pronaf, o Pronaf-Jovem<sup>8</sup>, e o Nossa Primeira Terra, no âmbito do PNCF, ambos lançados em 2004 pelo governo federal. Além dessas políticas, diversas ações foram sendo implementadas por ministérios e secretarias de governo em estreita relação com os movimentos sociais, sindicais e espaços de participação social voltados para a juventude rural, ressaltando a importância e a dimensão dessa temática para o desenvolvimento brasileiro (Barcellos, 2015).

Um último grande evento voltado ao debate sobre políticas públicas para essa categoria foi realizado em 2012, por iniciativa da SNJ e do MDA, cujos registros foram publicados em livro (Menezes *et al.*, 2014). Desde a criação da SNJ, em 2005, que inaugurou uma estratégia de vislumbrar a juventude como sujeitos de direitos, ocorreram encontros com ampla participação dessa categoria,

---

<sup>8</sup> Crédito destinado a jovens entre 16 e 29 anos para investimento em produção, aquisição de máquinas e equipamentos. Para o acesso, é requisitada uma série de documentos, entre eles, a DAP e ter participado de capacitação técnica.

em especial as Conferências Nacionais de Juventude<sup>9</sup>. Nelas, as representações da juventude rural demandaram a criação de uma política pública de fomento específica para a juventude, reconhecendo as diversas identidades da categoria (agricultores familiares, camponeses, assalariados, comunidades tradicionais) e definindo princípios fundamentais como a priorização do associativismo e cooperativismo, valorização de práticas agroecológicas, acesso à terra, participação social no monitoramento da política, desburocratização, qualificação e geração de renda respeitando a pluriatividade. Para viabilizar as demandas da juventude rural, foi criado um Grupo de Trabalho da Juventude Rural no interior da SNJ.

Em 2023, o governo federal e o MDA instituíram um grupo de trabalho para contribuir com o estabelecimento do Plano que terá como objetivo integrar e articular políticas, programas e ações, visando a promoção da sucessão rural e a garantia de direitos da juventude do campo. As atividades do grupo de trabalho culminaram no lançamento, em dezembro de 2024, do Plano, recriado a partir das demandas levantadas em eventos anteriores, com estratégias e metas atualizadas por meio da participação social dos jovens.

A rigor, todas as políticas públicas disponíveis para a população rural podem ser acessadas por qualquer pessoa que se enquadre nessa categoria, independentemente da idade. Porém a DAP – Declaração e Aptidão para acesso ao Pronaf – e, mais recentemente, o CAF – Cadastro da Agricultura Familiar – são documentos oficiais que identificam o agricultor familiar e o credenciam a solicitar acesso às políticas públicas. Para emitir esses documentos, é necessário conduzir o estabelecimento junto à família. Como visto, assumir a direção do estabelecimento não representa uma simples escolha do/a jovem, mas depende de uma série de aspectos estruturais e da trajetória dessas pessoas, o que dificulta o acesso às políticas por parte da juventude rural. Justamente por isso, há a demanda para que tais políticas passem por uma revisão de critérios e condições, de modo a reformulá-las para atender aos objetivos de autonomia e emancipação dos jovens (Galindo, 2014).

## NOVAS TEMÁTICAS E QUESTÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISA E DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Os últimos dados disponíveis sobre o universo total da juventude rural são do Censo Demográfico realizado em 2010, que totalizou 7,8 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos, vivendo em áreas rurais no país<sup>10</sup>. Mais do que compreender o tamanho da juventude rural simplesmente, é preciso uma comparação intertemporal ampla das formas de inserção territorial da condição juvenil,

---

<sup>9</sup> Mesmo com o desmantelamento das políticas, alguns encontros de jovens continuaram a ocorrer, como, por exemplo, os Festivais da Juventude Rural promovidos pela Contag que, em 2023, teve sua quarta edição.

<sup>10</sup> Até o presente momento foram divulgados dados sobre população indígena e quilombola. A juventude que vive em terras indígenas totaliza 193.296 pessoas e os jovens quilombolas perfazem um total de 42.658.

de modo a se obter um quadro geral de como vem se comportando a realidade desse grupo, em si, e em relação à evolução do contexto socioespacial em que estão inseridos. Isso inclui a análise cruzada com outras bases sobre como se apresentam as possibilidades de acesso a infraestruturas sociais, como equipamentos de educação e saúde, as condições dos domicílios e dos modos de deslocamento e mobilidade, assim como as condições dos mercados de trabalho urbano e rural. Por meio desse tipo de leituras seria possível compreender diferenciais regionais, dando formas mais concretas à afirmação, já presente na literatura, de que variações contextuais importam para a definição dos destinos dessa juventude rural. Igualmente, essas análises podem embasar melhor ações públicas que visem a inclusão dos jovens, ao identificar que tipos de desigualdades precisam ser revertidas para ampliar seu universo de possibilidades.

Além das condições materiais, a literatura debatida na primeira seção aponta que as formas como a juventude enxerga o rural é também relevante para a tomada de decisão. Investigar a representação social que os jovens e suas famílias têm sobre o rural é importante, sobretudo em um cenário em constante transformação. Se, no passado, de maneira geral, o rural estava intimamente ligado a adjetivos como pobre e atrasado, no final do século passado novas representações foram sendo constituídas, dadas por uma revalorização do rural frente ao mundo urbano. A violência nos grandes centros e a rigidez das estruturas cinzentas dão margem para que as áreas verdes, a paisagem bucólica e a baixa densidade demográfica das áreas rurais se tornem objeto de desejo, seja para moradia alternativa ou para aproveitamento do turismo. Kummer (2019) demonstra que também as políticas públicas implementadas nos anos 2000 tiveram a capacidade de alterar a representação social que a juventude do oeste catarinense tinha do rural. Os jovens passaram a vislumbrar seus locais de origem como um espaço dotado de oportunidades, dada a melhoria proporcionada na qualidade de vida e pela valoração laboral, dotada de autonomia frente às relações de trabalho postas no mundo urbano.

Mas as repercussões disso são ambíguas. Elas podem significar ampliação de oportunidades para os jovens rurais, por meio do aproveitamento econômico dessas amenidades rurais. Ou podem significar uma desestruturação e um esgarçamento dos laços sociais em suas regiões de origem, com a chegada de investimentos externos e populações portadoras de outros modos de vida, resultando em um fenômeno ainda pouco estudado: a gentrificação rural<sup>11</sup>. O mesmo vale para a onda de investimentos em energia renovável, que altera paisagens com consequências muitas vezes conflitivas para as populações rurais que habitam essas áreas.

---

<sup>11</sup> Pires (2007) retrata como a crise da produção agrícola e as formas de transmissão patrimonial no rural permitiram que essas áreas fossem ocupadas por pessoas oriundas de grandes municípios. Em busca de bem-estar, houve a aquisição de lotes de terra que se transformaram em chácaras de lazer. Esse contexto também transforma a vida das pessoas nas áreas rurais que passam a trabalhar nesses sítios como caseiros, estabelecendo novas representações de vida e trabalho.

Uma outra importante referência às representações sociais do mundo rural são os valores e comportamentos no agronegócio e suas repercussões para a juventude. De Paula (2001) já demonstrava a influência do estilo de vida *country* em um município brasileiro. Para ela, o estilo americano é associado ao trabalho, à natureza e à religiosidade, mas, no Brasil, toma forma de uma suposta elegância e sofisticação, referenciado em um rural imaginário constituído a partir da experiência urbana. Na esteira desse pensamento, Vetorassi *et al.* (2021) analisaram a construção da representação de rural e urbano em um município que tem como base econômica o agronegócio. A ostentação de bens, a escolaridade mais alta e a valorização da liberdade são alguns valores observados pelos pesquisadores e descritos pelos jovens “*agroboys* e *agrogirls*” entrevistados. Há, portanto, uma negação do rural ligado ao atrasado e uma identificação desses valores a uma visão moderna, de opulência, ocorrendo um ajustamento de valores em profunda relação com a cultura dominante do lugar.

Ainda em termos de valores e crenças que influenciam o comportamento, é notável a expansão do protestantismo pelo interior do país. Levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), publicado em nota técnica em 2023, aponta que, dos 124.529 estabelecimentos identificados, 52% são evangélicos pentecostais ou neopentecostais, 19% evangélicos tradicionais e 11% católicos. Outras religiões somam 6%. Os pesquisadores indicam que a direção dessa expansão se deu para as regiões interioranas do país, incluindo áreas rurais, entre 2000 e 2021 (De Negri, 2023). Esses dados demonstram que podem estar ocorrendo importantes transformações no rural brasileiro no que concerne à religiosidade. Como dimensão da cultura, isso influencia a maneira como as pessoas enxergam a realidade e, por aí, afeta outras dimensões da vida social, incluindo o papel da juventude nos processos de desenvolvimento e inclusão, e na forma como se constituem e se mobilizam os laços de sociabilidade locais. Vale lembrar que o catolicismo foi parte fundante das formas de expressão política das populações rurais no passado, incluindo a organização social da juventude, por exemplo por meio da atuação da Pastoral da Juventude Rural.

Em outro campo, uma interrogação fundamental a ser respondida é: como a juventude se relaciona com as novas tecnologias e de que forma isso afeta suas representações de futuro? Durante a pandemia de Covid-19, as tecnologias digitais ganharam escala. Favareto *et al.* (2022) lembram que esse já era um processo em curso mundialmente e que foi aprofundado diante da restrição à circulação de pessoas e mercadorias. Seu uso na agricultura possibilita inovações que prometem significativos impactos em diminuição de custos, aumento de produtividade e economia de recursos naturais. Os autores assinalam, contudo, que a digitalização é um tema mais amplo que deveria envolver sua aplicação em melhores técnicas de produção, novas modalidades de assistência técnica com o uso de aplicativos, e novas formas de distribuição e consumo por meio do uso de plataformas digitais. Também nesse tema, os resultados são ambíguos, ampliando as oportunidades ou aprofundando as

desigualdades. Tolocka (2023) argumenta nessa mesma direção ao afirmar a irreversibilidade da digitalização na sociedade contemporânea, mas apontando o risco de aumento das desigualdades com sua difusão no meio rural e no setor agroalimentar, já que, à agricultura familiar, faltam atributos frente à agricultura de grande porte, como recursos financeiros para equipamentos ou inexistência de parcerias com empresas de tecnologia para produção de soluções adaptadas. O autor ainda aponta quais são os requisitos físicos, digitais, humanos e sociais para a ampliação da digitalização no Brasil, concluindo que os territórios que possuem menos condições em atender esses requisitos – como acesso à energia e redes de internet – são também os que concentram a maior parte da agricultura familiar.

Finalmente, o tema das mudanças climáticas (IPCC, 2023), seja sob o ângulo de seus efeitos ou sob a forma das respostas adaptativas, é algo especialmente importante para os jovens. A situação atual é marcada por erosão de biodiversidade, maior exposição de populações vulneráveis a eventos extremos, migração forçada, problemas de insegurança alimentar, afetando, inclusive, a saúde mental das pessoas, ou disputa por áreas ainda ricas em recursos naturais. A agropecuária não só é um dos setores mais afetados, mas é também, no Brasil, o principal vetor de emissão de gases de efeito estufa, contribuindo direta ou indiretamente com três quartos do total. Sabe-se, contudo, que a forma como os extremos climáticos e meteorológicos são sentidos pela população não são homogêneos. Isso é especialmente importante de ser observado no Nordeste do país, onde se localiza a maior parte dos estabelecimentos agropecuários, boa parte deles de baixa renda. Ao mesmo tempo, as estratégias de convivência com o Semiárido, desenvolvidas na região, podem ser exemplos de resiliência para outras partes do mundo. No caso da Amazônia, apesar da diminuição no ritmo do desmatamento, a perda de cobertura florestal continua e, juntamente com a erosão da biodiversidade, ameaçam a resiliência do ecossistema. Nesses e em outros biomas, as mulheres, os jovens e a população negra são, em geral, os mais afetados por terem menor acesso a recursos e oportunidades. Estudos apontam que, se as intervenções climáticas não forem inteligentes, terão o potencial de aprofundar as desigualdades (Bryan *et al.*, 2024).

Esses são alguns temas que incidem em uma agenda voltada para a análise da juventude rural contemporânea e que podem influenciar tanto a definição do que significa ser jovem nesse universo em transformação, como na moldagem de políticas públicas específicas para este segmento. Tudo isso é permeado por uma questão relevante para a juventude rural: sua heterogeneidade em termos de identidade, variedade regional, de raça/etnia e de gênero. Essa pauta foi amplamente debatida em seminário de políticas públicas para a juventude rural realizado em 2012. E é objeto de análise de vários estudos de caso recentes sobre as metamorfoses nos condicionantes relacionados à tomada de decisão de permanência no campo. É certo que o local em que se mora, a cor da pele e o sexo das e dos jovens carregam valores, crenças e processos de dominação que influenciam o comportamento e

que irão determinar sua posição na dinâmica social, e isso, obviamente, tem peso nas decisões realizadas e nos projetos idealizados. Porém, também é verdade que, para o desenho desses projetos, há certo cálculo baseado no campo de possibilidades abertos e nos atributos de que essa juventude dispõe. Nessa dialética entre estruturas e ação se descortina a diversidade de futuros dessa juventude.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das páginas anteriores, se buscou delinear como transformações em curso, a um só tempo, afetam a condição juvenil – quem são esses e essas jovens e seus atributos –, e alteram o campo de oportunidades que podem ser acessadas por esses mesmos jovens. Deve ter ficado claro que a juventude rural se encontra diante dos desafios de uma dupla transição. Uma primeira, comum a diferentes segmentos de jovens: a passagem da infância e adolescência para um momento de busca de autonomia, e, nisso, a tensão entre a necessidade de apoiar-se em um legado trazido das gerações anteriores e, ao mesmo tempo, superá-las para reposicionarem-se em um contexto que é significativamente distinto do passado. A segunda transição é aquela específica ao mundo rural, e é marcada pela mudança nos processos constitutivos da condição rural como campo de possibilidades de realização desse futuro, o que se materializa nas novas características do mercado de trabalho, na maior escolaridade das gerações mais novas, nas transformações trazidas com as mudanças climáticas, no estreitamento físico e simbólico das relações com o mundo urbano e na recomposição das relações de gênero.

Também se tentou destacar que esses condicionantes e o aproveitamento (ou não) das possibilidades abertas com o novo contexto precisam ser compreendidos em uma perspectiva relacional – isto é, posicionando a condição juvenil em um conjunto de interdependências que conformam as configurações sociais nas quais as juventudes estão inseridas. Jovens são sujeitos na constituição dessas configurações, por meio das escolhas que fazem. E são resultado delas, uma vez que optam por diferentes futuros a partir de um leque limitado de opções que se apresentam a eles. Para levar essas opções adiante, dispõem de atributos (capitais, trunfos, habilidades) – há uma melhoria significativa no acesso a esses atributos (caso destacado da escolaridade), mas eles são desigualmente distribuídos pela estrutura hierárquica dessas mesmas configurações.

Isso tudo é variável, no tempo e no espaço. Não é por outra razão que o mapeamento e classificação das principais abordagens e dos temas explorados no debate sobre juventude rural mostrou que se dá cada vez mais ênfase à heterogeneidade, à transitoriedade e à pluralidade de novas representações sobre a condição juvenil. Mas são poucos os estudos comparados, em perspectiva intertemporal ou interespaçial, e que possam desvelar as diferenças, mas também as convergências

que permitam enxergar onde se encontram os elementos compartilhados e capazes de recompor a unidade da categoria juventude rural, evitando a pulverização e a relativização absoluta.

Por fim, foi apresentado um conjunto de temas que se mostram relevantes para uma agenda de pesquisas e de políticas, e que permitem ir além da tradicional dicotomia em torno de antinomias, como permanecer ou deixar os espaços rurais, valorizar ou negar tradições, abraçar ou rechaçar valores e práticas típicas do urbano ou do rural. Há vetores de transformação novos, no campo das tecnologias, da religiosidade ou das mudanças climáticas e que ainda são pouco explorados. Sua análise precisa se combinar ao entendimento das diferentes formas como os e as jovens manejam elementos que tanto os cientistas como o senso comum costumam separar: ficar ou sair, o rural e o urbano, tradição e modernidade. Mais profícuo do que reforçar dicotomias é buscar compreender as diferentes composições dos elementos constitutivos destas polaridades que se apresentam à juventude rural, e como essas e esses jovens manejam as possibilidades de combiná-los ao tecer seus futuros. No entrelaçamento de ambas, revela-se uma situação paradoxal: a necessidade de (re)valorizar os elementos distintivos da ruralidade como elemento constitutivo de sua identidade e coesão social; mas, ao mesmo tempo, deixar para trás a reprodução de certas práticas e valores que, embora associadas à ideia de ruralidade, não se aplicam mais a um mundo significativamente distinto.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003.

ALVES, Maria; DAYRELL, Juarez. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. *Educação e Pesquisa*, v. 41, p. 375-390, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1517-97022015021851>.

BARCELLOS, Sergio B. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. *Mundo Agrario*, v. 16, n. 32, En Memoria Académica, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *O Senso Prático* (3ª ed.). Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O baile dos celibatários: crise da sociedade camponesa no Béarn*. Tradução: Carolina Pulici. São Paulo: Editora Unifesp, 2021.

BRASIL/MDA. *Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural*. Brasília: MDA, 2024.

BRYAN, Elizabeth; ALVI, Muzna; HUYER, Sophia; RINGLER, Claudia. Addressing gender inequalities and strengthening women's agency to create more climate-resilient and sustainable food systems. *Global Food Security*, v. 40, março, 2024. ISSN 2211-9124. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2023.100731>.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BUTTO, Andrea L. *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

CAMARANO, Ana Amelia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Texto para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais”. In: F. C. Teixeira; R. Santos; L. F. Costa (Eds.) *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campos, 1998.

CARNEIRO, Maria José. Rural como categoria de pensamento. *Ruris*, v. 2, n. 01, p. 9-38, março, 2008.

CASTRO, Elisa G. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processo de exclusão e a construção de um ator político. *Niñez y Juventud*, Manizales, v. 7, n. 1, (enero-junio), 2009, pp. 179-208.

COQUARD, Benoît. *Sauver l'honneur: appartenances et respectabilités populaires en milieu rural*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Université de Poitiers, 2016.

COSTA, Fernando; RALISCH, Ricardo. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 51, p. 415-432, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000300001>.

DE NEGRI, Fernanda; MACHADO, Weverthon; CAVALCANTE, Eric Jardim. *Crescimento dos estabelecimentos evangélicos no Brasil nas últimas décadas*. Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2023. (Diset: Nota Técnica, 123). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/diset123>.

DE PAULA, S. Quando o campo se torna uma experiência urbana: o caso do estilo de vida country no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 17, out. 2001, pp. 33-53.

FARIA, Guélmer; FERREIRA, Maria; PAULA, Andrea. Exôdo rural feminino: gênero, ruralidades e as razões e consequências da migração da juventude rural feminina. *Revista Grifos*, v. 28, n. 47, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v28i47.4620>.

FAVARETO, Ariane. *Dinâmicas rurais contemporâneas e configurações sociais de gênero*. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro, 236 p., 2019.

FAVARETO, Ariane. Quando o ambiente produtivo passa a ter rosto de mulher: o PNAE e sua incidência na igualdade de gênero. In: SAUER, Sergio; GRISA, Catia; GOMES, Ramonildes;

OLIVEIRA, Valter L. de; DIAS, Janise B. (orgs). *Estudos rurais: entrelaçando reflexões sobre desenvolvimento, natureza, políticas públicas e lutas no campo*. São Leopoldo: Oikos, 2022.

FAVARETO, Arilson; FAVARÃO, Cesar; VAHDAT, Vahíd. *100 territórios de inclusão e sustentabilidade – para uma estratégia renovada de inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano*. Policy Brief, n. 04. São Paulo: Cebrap, Fundação Arymax, Fundação Tide Setubal, Fundação Porticus e Instituto humanize. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10839244>.

FAVARETO, Arilson; VAHDAT, Vahíd; FAVARÃO, Cesar; FERNANDES, Bruna; TOLOCKA, Jonas. *Digitalização, acesso a mercados alimentares e inclusão produtiva*. Policy Brief, n.02. São Paulo: Cebrap, Fundação Arymax, Fundação Tide Setubal, Fundação Porticus, Instituto humanize, 2022.

GALINDO, Erika. Em pauta: juventude rural e políticas públicas. In: MENEZES, Maria A.; STROPASOLAS, Valmir L.; BARCELLOS, Sergio Botton (Orgs.). *Juventude rural e políticas públicas no Brasil*. Brasília: Presidência da República, (Coleção juventude. Série estudos; n. 1). Coedição com o NEAD/MDA e IICA, 2014.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

IPCC, 2023: Summary for Policymakers. In: *Climate Change 2023: Synthesis Report*. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 1-34. DOI: <https://doi.org/10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001>.

KAYSER, B. *La renaissance rurale*, Paris: A. Colin, p. 47-83, 1990.

KUMMER, Rodrigo. *Juventudes rurais e permanências: ruralidades e urbanidades representadas no Extremo Oeste de Santa Catarina*. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MARTINS, Leonardo Rauta. Juventude rural no Brasil: referências para debate. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 94-112, fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-7>.

MAUGER, Gérard. Juventude: Idades da Vida e Gerações. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 56, n. 1, 2013, pp. 169-183.

MAUSS, Marcel. Três observações sobre a sociologia da infância. *Pro-Posições*, v. 21, n. 3, 2010, p. 237-244. Disponível em: Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643333>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

MENDONÇA, Kenia; RIBEIRO, Eduardo; GALIZONI, Flávia; AUGUSTO, Hélder. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas

Gerais. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 30, p. 445-463, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982013000200006>.

MENEZES, Maria A.; STROPASOLAS, Valmir L.; BARCELLOS, Sergio Botton (Orgs.). *Juventude rural e políticas públicas no Brasil*. Brasília: Presidência da República, (Coleção juventude. Série estudos; n. 1). Coedição com o NEAD/MDA e IICA, 2014.

MONTEIRO, Rodrigo; MUJICA, Franklin P. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 60, n. (spe), 2022. e235637. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.235637>.

OLIVEIRA, Márcia F.; MENDES, Luciano; VAN HERK VASCONCELOS, Andrea C. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 59, p. 2, 2021. e222727. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.22272>

PIRES, André. *Ruralidades em transformação: agricultores, caseiros e moradores de condomínio*. São Paulo: Annablume, 2007.

PIZZINATO, Adolfo; HAMANN, Cristiano; MACHADO, Rodrigo de O.; STREY, Marlene. Relações de gênero e ruralidade nos projetos vitais e noções de si de jovens mulheres. *Fractal Revista de Psicologia*, v. 27, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1484>.

SABOURIN, Eric; GRISA, Catia; NIERDELE, Paulo; LEITE, Sergio Pereira; MILHORANCE, Carolina; FERREIRA, Angela Damasceno; SAUER, Sérgio; ANDRIGUETTO-FILHO, José Milton. Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil. *Cah. Agric*, v. 29, n. 31, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1051/cagri/2020029>.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa. *Rev. Estud. Fem.* [online], v.28, n.1, e58051, 2020. Epub 01-Jan-2020. ISSN 1806-9584. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n158051>.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo (orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói (RJ): Alternativa, 2013.

STROPASOLAS, Valmir L. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens: O caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC*. 2002. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. UFSC, Florianópolis, 2002.

TOLOCKA, Jonas. *Digitalização e desigualdades territoriais: as condições de participação da agricultura familiar brasileira na economia digital*. 2023. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, São Bernardo do Campo, 2023.

TRIVELLI, Carolina and Berdegué, Julio A. Rural transformation. Looking towards the future of Latin America and the Caribbean. *2030 – Food, agriculture and rural development in Latin America and the Caribbean*, n. 1. Santiago. FAO. 76 p., 2019.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Jovens e juventudes rurais no Brasil. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 19, n. 4, p. 789-802, out./dez. 2018.

VEIGA, José Eli *et al.* O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. In: *Textos para Discussão*, n. 1. Brasília: NEAD. 2001.

VETTORASSI, Andrea; FERREIRA, Lorrany dos S.; SOFIATI, Flávio M. Juventudes entre o rural e o urbano: o caso dos agroboys e agogirls de Bela Vista de Goiás. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. v. 23, E202112pt, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202112pt>.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, p. 87-145, out, 2000.

WEISHEIMER, Nilson. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. *Desidades*, n. 01, ano 1, p. 22-27, dez. 2013.

WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. Ano 7, n.18, p. 41-61, 1992.